

Segundo amigos dele foi morto no sítio de Belém Brantia, dirigindo caminhão (última notícia)

Domingo, 10 de agosto de 1980

DPF frustra identificação de desaparecidos, diz CBA

MARCO ANTONIO MORAES

O Comitê Brasileiro pela Anistia, seção de São Paulo (CBA-SP), através de seu presidente, advogado Luis Eduardo Greenhalgh, denunciou ontem que agentes da Polícia Federal violaram anteontem as sepulturas de dois militantes políticos de esquerda — Maria Augusta Tomás e Márcio Beck Machado —, desaparecidos desde 1973, na fazenda Rio Doce, município de Rio Verde, Goiás, a cerca de 240 quilômetros de Goiânia. A ação da Polícia Federal, segundo a denúncia, foi para evitar que o CBA conseguisse, pela primeira vez, indentificar e provar judicialmente a morte de dois desaparecidos, cujo paradeiro as forças de segurança diziam ignorar.

A remoção dos restos mortais foi comprovada por testemunhas e a família de Maria Augusta Tomás contratou o advogado Jorge Lemes de Moraes, residente em Rio Verde, que amanhã vai requerer à Justiça a vistoria "ad perpetuam rei memoriam", no local escavado pelos policiais. Com base nos depoimentos das testemunhas, a família poderá processar o coronel Moacir Coelho, chefe do DPF pelos crimes de responsabilidade por "violação de sepultura; vilipendiar cadáver ou suas cinzas; e destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele". Além disso, o CBA-SP responsabiliza "desde já, o ministro da Justiça e o Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal pelo desaparecimento da ossada, bem como pela segurança pessoal das testemunhas".

O advogado Jorge Lemes de Moraes pretende ainda a abertura de inquérito policial, indiciando o proprietário da fazenda Rio Doce, Sebastião Cabral, e uma ação de responsabilização da União pelo "cerco e morte do casal", além da "investigação policial para responsabilizar a autoridade que ordenou a subtração dos corpos na Fazenda, obstruindo, desta forma a apuração da verdade".

CERCO E MORTE

Com base em informações de familiares de Maria Augusta e em depoimentos de ex-presos políticos, o CBA-SP conseguiu levantar a história do assassinato de Maria Augusta Tomás e de Márcio Beck Machado e pediu a colaboração do jornalista Antônio Carlos Fon, que atualmente trabalha em Goiânia, para comprovação dos fatos. No último fim de semana, Fon, o advogado Luis Eduardo Greenhalgh e um irmão de Maria Augusta conseguiram chegar ao local e identificar onde estavam as sepulturas dos dois desaparecidos. Eles pretendiam fazer a exumação judicial dos cadáveres com a presença de representante da OAB, da imprensa e vários organismos de defesa dos direitos humanos, mas a principal testemunha, o dono da fazenda Rio Doce, Sebastião Cabral, teria avisado a Polícia Federal, segundo o CBA, e propiciado que as ossadas fossem retiradas do local.

Militantes da organização de extrema esquerda Molipo, Movimento de Libertação Popular, Maria Augusta e Márcio Beck Machado, voltaram de Cuba junto com o grupo chamado de "Os 28 do Molipo" e, em 1973, sem condições de suportar o cerco à clandestinidade nas áreas urbanas, transferiram-se para Goiás, onde compraram uma propriedade rural na região de Rio Verde e Jataí, pagando parte em dinheiro e parte pela cessão de um caminhão.

O negócio foi desfeito e — sempre segundo o CBA-SP — o casal foi forçado a procurar emprego em outras propriedades agrícolas, dirigindo-se à fazenda Rio Doce, de pro-



A família de Maria Augusta Thomaz (foto) pretende responsabilizar a União pela morte e pelo desaparecimento dos seus restos mortais.

Deputado levanta suspeitas sobre versão de suicídio

CLOVIS ROSSI

O deputado estadual paranaense Nilton Friedrich (PMDB) pediu, anteontem, uma cuidadosa investigação do governo brasileiro sobre o suicídio de um casal argentino na embarcação que liga Porto Maira, no Brasil, a Puerto Iguazu, na Argentina, por acreditar que possa ter ocorrido com os dois o mesmo que aconteceu com os uruguaios Lilian Cellert e Universindo Diaz: uma tentativa de sequestro. A suspeita do parlamentar é a de que policiais argentinos teriam participado da perseguição a Eduardo Gonzalo Escabosa e Liliana Inês Goldenberg, que, segundo o Exército argentino, pertenciam ao grupo de esquerda "Montoneros".

Não é uma suspeita gratuita: em 1977, o jornalista argentino Norberto Habberger, também acusado de pertencer aos "Montoneros", desembarcou no Galeão, foi preso e dele nunca mais se teve notícia. Sua mulher procurou os bispos brasileiros que se encontravam em Puebla (México), em janeiro do ano seguinte, em busca de auxílio para poder vir ao Brasil informar-se sobre o destino de Norberto. Como o fato ocorreu no Rio de Janeiro, dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio, se incumbiu de estudar a questão e, ao voltar ao Brasil, escreveu à esposa do jornalista, desaconselhando a viagem. Motivo: não havia garantias quanto à segurança dela, ante a presença de policiais argentinos no Rio. Ora, se em 1977, havia policiais argentinos no Rio, é muito razoável suspeitar que eles continuem atuando por aqui, ainda mais

clandestinidade nas áreas urbanas, transferiram-se para Goiás, onde compraram uma propriedade rural na região de Rio Verde e Jataí, pagando parte em dinheiro e parte pela cessão de um caminhão.

O negócio foi desfeito e — sempre segundo o CBA-SP — o casal foi forçado a procurar emprego em outras propriedades agrícolas, dirigindo-se à fazenda Rio Doce de propriedade de Sebastião Cabral e sua esposa Maria Cabral. O casal chegou a 4 de maio de 1973 à fazenda e em 16 de maio foi cercado e metralhado por agentes de segurança, numa operação conjunta do "Dol-Codi do 2.º Exército, Polícia Federal de Goiânia, destacamento da Polícia Militar em Rio Verde, FAB e alguns agentes da Polícia Civil".

Ainda segundo a denúncia, Márcio e Maria Augusta tiveram a choupana onde moravam cercada pelos agentes das forças de segurança que, "sem dar-lhes voz de prisão, metralharam a casa, mataram o casal e lá permaneceram cerca de dois ou três dias na expectativa do surgimento de visita do casal". Depois desse período, "abandonaram a fazenda advertindo seus proprietários de que "na fazenda havia duas cobras venenosas", que eles mataram e que o pessoal da fazenda deveria enterrar. Quatro pessoas enterraram o casal, o proprietário da fazenda e três empregados, dos quais dois já falecidos e um "em lugar incerto e não sabido".

CABEÇA CORTADA

A morte de Maria Augusta e Márcio teria sido comentada nos corredores do Dol-Codi paulista, segundo o depoimento de vários presos políticos, detidos naquele órgão à época. Ainda segundo essas versões, Márcio tivera sua cabeça decepada por tiros de metralhadora e transportada para Goiânia. Depoimentos de testemunhas que presenciaram a retirada das ossadas, anteontem, por policiais, afirmam que uma delas estava sem o crânio, indício que confirmaria a ver-são da cabeça decepada.

Os familiares de Márcio Beck Machado acataram — segundo informações do CBA — a versão da sua morte sem insistir na elucidação das circunstâncias. Consta que à época, sem o saber, o então secretário da Segurança Pública de Goiás, coronel PM Euvaldo Vaz, tomou conhecimento da caçada a Maria Augusta e Márcio, mas só foi reconhecer Márcio Beck como parente seu (filho de seu primo-irmão), depois de ver a cabeça do rapaz. Segundo depoimentos de testemunhas, o então secretário Euvaldo Vaz teria tomado um avião em Goiânia, vindo a São Paulo e levado seu primo para reconhecer o filho. O pai fez — segundo a versão do CBA — o reconhecimento do filho e pediu um atestado de óbito, negado com a afirmação de que a "única coisa que não poderiam fornecer seria um atestado de óbito".

Assembléia mineira examinará 39 casos

BELO HORIZONTE (Sucursal) — Até terça-feira, as lideranças dos partidos na Assembléia Legislativa de Minas, deverão indicar os componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito, requerida pelo deputado Ademir Lucas (PMDB) e deferida pela presidência da Casa. A comissão, que terá prazo de 60 dias para apurar 39 atentados políticos ocorridos em Minas, nos últimos três anos, será composta por três parlamentares do PDS, um do PMBD, o próprio autor do pedido, é um do Partido Popular.

NÃO AVALIA

Ademir Lucas disse não poder avaliar o grau de dificuldades que os membros da comissão terão para elucidar os atentados, lembrando que "ainda não vivemos numa democracia e os regimentos internos das assembléias e do Congresso foram feitos em momento de forte emoção e têm também a missão de resguardar o Executivo".

Entretanto, o parlamentar considera que sua iniciativa já começa a surtir efeitos. E citou, como exemplo, a nomeação de um promotor para acompanhar as diligências.

Janeiro, dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio, se incumbiu de estudar a questão e, ao voltar ao Brasil, escreveu à esposa do jornalista, desaconselhando a viagem. Motivo: não havia garantias quanto à segurança dela, ante a presença de policiais argentinos no Rio. Ora, se em 1977, havia policiais argentinos no Rio, é muito razoável suspeitar que eles continuem atuando noroeste, ainda mais agora que está próxima a visita ao Brasil do presidente argentino Jorge Rafael Videla.

E sintomático, por exemplo, que o padre Jorge Adur — também argentino — tenha sido visto em Porto Alegre, durante a visita do Papa à capital gaúcha, e depois desaparecido. Adur tinha ligações com o grupo das "Mães da Praça de Mayo" — um grupo de senhoras que, há quatro anos, pressiona o governo argentino em busca de informações sobre os seus parentes desaparecidos, depois de terem sido detidos por agentes dos organismos de segurança.

O LONGO BRAÇO

As suspeitas do deputado se justificam, além disso, pelo conhecimento de que a repressão argentina estende seus braços muito além de suas fronteiras, como ficou evidenciado no sequestro em Lima, Peru, de um grupo de três argentinos, todos igualmente acusados de pertencer aos "Montoneros". A operação — executada nos dias 12 e 13 de junho último — revela perfeita sincronia entre os organismos de segurança de vários países, ignorando e até humilhando os respectivos governos, mesmo no caso de um governo militar como o era, na época, o governo peruano.

O sequestro, segundo denúncia minuciosa da revista peruana "Equis X", foi executado pelos Serviços de Inteligência do Exército argentino e do Exército peruano, em uma operação combinada, "cujos chefes diretos foram o coronel argentino Ronaldi Rocha e o coronel peruano Martin Martinez Garay". A revista denuncia, também, que o então primeiro-ministro e ministro da Guerra do Peru, general Pedro Richter Prada, e o ministro do Interior, general César Iglesias Barrón, "estariam informados e haviam autorizado a operação".

Foi assim: os militares argentinos trouxeram de seu país o "montonero" Federico Frias Alberga, para que identificasse as pessoas a serem sequestradas em Lima. Segundo a imprensa peruana, haveria uma lista de quinze pessoas a serem detidas, mas apenas três realmente o foram: Julio Cesar Ramirez, Maria Ines Raverta (que usava o nome de Julia Santos de Acebal) e Noemi Esther Gianotti de Molino, 54 anos, uma das "mães da Praça de Mayo". Como essas primeiras detenções foram imediatamente denunciadas pela imprensa, especialmente pelo "Diário de Marka", a operação foi sustada e cuidou-se imediatamente de "limpar" o terreno, dando a impressão de uma rotineira operação de deportação de estrangeiros que viviam no Peru em situação irregular.

SERVICO MAL FEITO

Mas a operação limpeza também foi mal executada: ante a pressão da imprensa, os militares peruanos exibiram um "recibo" de que os três argentinos sequestrados em Lima haviam sido entregues, na fronteira boliviana, à polícia de fronteiras daquele país. Acontece que tanto o então presidente boliviano, Lidia Gueiler, como seu ministro do Interior, Antonio Arnez, garantiram que o governo boliviano não recebera ninguém e que o "recibo" fora obtido à força por oficiais peruanos, auxiliados por um oficial boliviano de sobrenome Roldán. E aí se evidencia a cumplicidade entre os organismos militares: imediatamente o Ministério boliviano de Defesa informou que não havia ninguém com esse sobrenome nas Forças Armadas.

Dois deputados peruanos, Antonio Meza Cuadra e Manuel Dammert, em investigações pessoais na Bolívia, entrevistaram o chefe de Imigrações da Bolívia, Remi Mercado, que negou totalmente o recebimento dos três argentinos.

Esta semana, essa operação suja teve um novo e macabro lance: o cadáver de Noemi, a senhora de 54 anos sequestrada em Lima, apareceu em Madri, na Espanha — uma demonstração de que a multinacional da repressão consegue, agora, atravessar não apenas fronteiras, mas até oceanos.

Aeronáutica Relata como foi o seqüestro

Da Sucursal do Rio

O Ministério da Aeronáutica divulgou ontem o resultado das investigações sobre o sequestro do "Boeing" da Varig, ocorrido em 4 de novembro, indicando as ramificações no Exterior do movimento que visa a derrubada do governo brasileiro e de outras nações sul-americanas. As autoridades tranquilizam a população afirmando poder sufocar qualquer foco insurreccional.

As autoridades divulgaram o relatório de Ilhas na Calle Florida, ao mesmo tempo em que alugavam lanchas para passearem no Delta Del Tigre, enquanto, por outro lado, assumiam, por vezes, attitudes nitidamente conspiradoras, passaram a ser notados pela polícia portenha, que destacou agentes para vigiarlos".

As autoridades policiais, no entanto, "acabaram por tomar os homens, por jovens ricos, acostumados à "dolce vita". Nesse meio tempo, no grupo inicial juntaram-se outros, recentemente chegados e foram vistos comprando passagens na Varig. Tendo pago as viagens com moeda corrente e saldado suas contas nos hotéis (elevadas, devido ao consumo de whisky) e outras bebidas importadas), sem maiores problemas, as autoridades argentinas entenderam não interferir com os jovens turistas, já de partida".

O chefe
O relatório prossegue: "O comandante" do sequestro foi o brilhante Aylton Adalberto Mortati (o chefe), Maria Augusta Thomaz, Lauriberto José, e Ruy Carlos Viana.

Entre outras coisas, o relatório do Ministério da Aeronáutica diz que "o sequestro realizado por 9 indivíduos, plenamente identificados, encarregados pela prática de crimes, e não havendo entre os subversivos, fugiram para o Uruguai. Nem sequer passaram a vivêr nesse país, entregando-se a uma a sorte de orgias e excessos a tal ponto estenderam-se que, impressionados pelas autoridades uruguaias (que nem sequer desconfiavam de que se tratava de subversivos, pois os haviam prendido), mudaram-se para a Argentina".

"De inicio não despertaram suspeitas, mas gastando somas exorbitantes nas "boltes" de

em 1946 o feito estágio no 4º RI Católico, Aylton freqüentava a Igreja de Nossa Senhora do Paraiso, segundo declarou sua progenitora, Carmen Sobrinho Mortati. Aylton é filho do sr. Umberto Mortati. Nasceu em 18 de Janeiro de 1946 em Catanduva, São Paulo, e residia à rua Rafael de Barros, 200, Capital. Tem 1,73 m de altura, cutis branco, cabelos castanhos-escuros lisos e olhos castanhos médios".

A moça do sequestro

"Conforme foi amplamente divulgado, uma moça, tomou parte no sequestro, empunhando, todo o tempo, uma arma de grosso calibre e bomba de dinamita. A terrorista chama-se Maria Augusta Thomaz, filha de Antônio Thomaz e Olga Michel Thomaz. Nasceu em 14 de novembro de 1947, na cidade de Leme, São Paulo. A solteira e residiu à rua Cel. João Franco Mourão, 159,

Sequestradores dizem o que Cuba ensinará

"Durante o sequestro, os autores do crime, à medida que a tensão diminuía com a provável chegada a Cuba sem maiores problemas, procuravam explicar aos passageiros as razões apontadas para a prática do gesto extremo. Assim sendo, explicaram que as passagens haviam sido compradas com o produto de assaltos a bancos, chantagens, extorações e outros meios criminosos. A resolução da fuga para Cuba era decorrência do fechamento do céreio policial em torno das suas atividades. Naquela Ilha teriam que frequentar um curso especial sobre guerrilhas, explosivos e combate urbano, onde aprenderiam a matar em silêncio, dinamitar pontes, barcos, edifícios e aviões".

No entanto, segundo os sequestradores, ilhas é ministrada a correta técnica de sequestrar autoridades do governo e mediante o emprego de seviços e torturas obter dados sobre efetivos militares, armamentos e pontos vulneráveis. Depois da fase preliminar, onde adquirida experiência física da justiça do terror e envolver jovens desprevenidos e desprotegidos, em ações criminosas, de modo a tornar impossível o arrependimento e desligamento do "Partido", uma vez que são obrigados a cometer crimes tornando-se verdadeiros escravos — são enviados para a China onde realizam a segunda fase do aprendizado, a chamada capacitação política.

Uma vez plenamente capacitados para o exercício da subversão, retornam, via Cuba, onde recebem carteiras falsas de identidade, dinheiro, ar-

o professor não se conteve e perguntou qual a integral X de X. O sequestrador cogou a cabeça, fez um esforço enorme para dizer algo e acabou respondendo com convicção: "Não me lembro, nunca fui muito bom em Física".

Outro passageiro, um chinês, flutuou em Economia e Finanças, conversou longamente com um dos sequestradores sobre o tema da sua especialidade. Declarou-nos que ficou surpreso com a ignorância do rapaz sobre o tema básico em que se apóia a doutrina comunista. O sequestrador, segundo o professor, era de tal maneira analfabeto que não conhecia nem as mais rudimentares teorias econômicas e políticas. Não foi capaz de enunciar sequer a lei da oferta e da procura e confundiu-se, completamente, ao tentar explicar o materialismo histórico e dialético".

O "código Lindenbergh" na mira de advogados

1890

Os advogados Idibal Piveta e Paulo Gerab enviaram ontem carta ao ministro da Justiça, Petrônio Portela, solicitando informações sobre dois brasileiros que desapareceram no início da década de 70, quando procurados por órgãos de segurança: Hélio Luiz Navarro de Magalhães e Rui Carlos Vieira Berbet. O ofício do ministro destaca-se dos demais no mesmo sentido, pois dele consta uma afirmação que poderá abrir caminho para o esclarecimento oficial da situação dos desaparecidos: a de que todas as informações sobre os desaparecidos, "acusados de crimes políticos" estariam catalogados nos órgãos de segurança, sob a sigla "Código Lindenbergh".

Piveta e Gerab recorrem ao sigilo profissional garantido por lei aos advogados, para explicar a procedência da informação sobre o misterioso código, porém afirmam na sua solicitação que o então ministro Armando Falcão, da Justiça, em 7 de fevereiro de 1975, "deu publicidade a dados relativos a 23 cidadãos brasileiros que se encontram desaparecidos". Na sua petição, continuam os advogados: "tais dados teriam sido fornecidos com base em um relatório que existia na época e que teria o nome de "Código Lindenbergh - 23" - e continuam: "Em meados de maio do corrente ano, o citado relatório teria sido atualizado e recebido a denominação de "Código Lindenbergh - 121".

Ainda segundo o ofício dos advogados, "os dados relativos aos 23 cidadãos brasileiros pelos quais temos interesse (Hélio Luiz Navarro de Magalhães e Rui Carlos Vieira Berbet) constariam do referido Código".

DESAPARECIMENTO MISTERIOSO

Rui Carlos Vieira Berbet partiu do Congresso da Une em Ibiuna, considerado ilegal, norava no Crusp em 1969 e cursava Letras na Faculdade de Filosofia da USP. O último contato da família com Rui Carlos foi no fim de 69, quando seu pai, Rui Jaccoud Berbet, hoje com 64 anos, o procurou em São Paulo. Em novembro, Rui Jaccoud procurou o filho num "cursinho" (pré-vestibular) onde o rapaz lecionava e soube que ele estava desaparecido. Consultando órgãos policiais, foi informado que seu filho "estava entre os procurados pelos órgãos de segurança".

A família ainda recebeu de Rui Carlos um bilhete, datado de

Roma mas postado na França em que ele dizia: "os familiares reconheceram a sua letra na carta, mas não identificaram a caligrafia do envelope, escrita em letra de forma - que ficásemos tranquilos; que estava bem e iria para a França".

Desde então, nenhuma informação mais foi conseguida. Desde dezembro de 1976, o caso foi encaminhado a dom Paulo, que acionou o Conselho Mundial de Igrejas, a Unesco e outras entidades interessadas na defesa dos direitos humanos, além de contatar grupos de exiliados políticos brasileiros no exterior, notadamente na França, sem obter, no entanto, qualquer êxito.

ACUSADO DE SEQUESTRO

Sobre Rui Carlos, há informações oficiais de que ele foi condenado pela 2.ª Auditoria de Marinha, do Rio, em 7/7/72 apontado como um dos possíveis autores do sequestro do Boeing da Varig, em Buenos Aires, quando fazia a linha Buenos Aires-Santiago, sendo desviado para Havana. Juntamente com ele, foram condenados Ailton Adalberto Mortati e Maria Augusta Thomaz, também desaparecidos, além de Lauriberto José Reis, cuja punibilidade foi extinta pois os órgãos de segurança admitiram que ele foi morto em choque com agentes, em 1971, no Recife.

Hélio Luiz Navarro, filho de um almirante reformado, nascido em 23 de novembro de 1949, era estudante da Uferj - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi visto pela última vez no Rio e em fevereiro de 71 enviou carta à sua mãe, dona Carmen. Há informações extra-oficiais de que teria estado na região do Araguaia, por ocasião das guerrilhas do PC do B.

"No processo em que Rui Carlos foi condenado, não foram ouvidas testemunhas, nem se usou o elemento legal de se ouvir por carta rogatória as testemunhas que se encontravam no Exterior," disse Pivetas.

Os advogados Piveta e Gerab disseram não haver "nenhum crime" em que o ministro dê informações sobre os desaparecidos que não atentem contra a segurança nacional. E garantiram que, se negada a existência do "Código Lindenbergh", usarão suas informações, sem contudo revelar a fonte: "O que pretendemos é apenas tranquilizar as famílias", completaram.